

A Estratégia Militar de Portugal em Angola no Período da Grande Guerra.

Principais linhas de constância e de rotura...



Luís Manuel Brás Bernardino

Tenente-Coronel

Professor na Academia Militar

bernardino.lmb@mail.exercito.pt

Resumo

Este texto, donde resultou a comunicação apresentada no Colóquio Internacional “A Grande Guerra: Um século Depois”, realizado na Academia Militar em 19 de novembro de 2014, apresenta-nos uma reflexão académica sobre as principais linhas de força da estratégia militar de Portugal em Angola ao longo dos tempos, destacando o período da Grande Guerra. Salientam-se ao longo deste período as principais incongruências e desafios ao dispositivo militar e à forma como a Metrópole via a defesa das suas colónias, neste caso, Angola.

Procura-se assim analisar a forma como a estratégia militar era desenvolvida em Angola, centrando a temática nas principais linhas de acção político-militar levadas a efeito por Portugal na transição entre o século XIX e XX, e apontar algumas das orientações gerais sobre a estratégia militar no período da Grande Guerra, refletir sobre os principais ensinamentos e analisar quais as medidas adoptadas por Portugal no período pós-Grande Guerra em Angola.

Palavras Chave: Grande Guerra, Angola, Portugal, Estratégia Militar Colonial

Abstract

This text, which resulted the paper presented at the international colloquium “*The Great War: A Century later*”, held at the Military Academy in November 19th, 2014. It presents us an academic reflection on the main strong lines for the military strategy of Portugal in Angola throughout the ages, focus on the period of the Great War, involving the main military device challenges and incongruities, and how the metropolis play the defense of its colonies in this case Angola.

It represents also an attempt to analyze the way the military strategy was carried out in Angola, centering the subject in major politic-military action lines developed by Portugal in the transition between the 19th and 20th century, and point out some of the main general guidelines about military strategy in the period of the Great War, teaching and reflecting about what were the main measures taken by Portugal in the post-Great War period in Angola.

Key Words: Great War, Angola, Portugal, Military Colonial Strategy

“...No meio das lutas ingentes pela vida e pela tranquilidade de que tanto carecemos, nesta hora de tremendas dificuldades para a nossa Pátria, é consolador podermos elevar o nosso espírito, levantar bem alto os nossos corações e bebermos em grandes haustos o ânimo de que tanto carecemos, com a certeza bem firme, bem segura e bem nitida, de que altos destinos nos estão reservados naquela África portentosa, glorioso campo dos nossos esforços e das nossas lutas, onde tantas dores sofremos, onde tantas vidas deixamos...”.

General Norton de Matos,

In “1º Congresso Militar Colonial. Relato dos trabalhos realizados”, 1934, p. 79

Introdução

No célebre artigo “*A defesa de Angola*” publicado na Revista Militar em meados de 1932, o Capitão Gastão Sousa Dias¹, um africanista que acompanhou o período antes, durante e após a Grande Guerra em Angola, elaborou algumas considerações sobre os principais paradigmas da estratégia militar portuguesa em Angola ao longo da sua História. Uma reflexão que se torna “obrigatória” para se perceber como é que estratégia militar para Angola foi adaptando-se à conjuntura histórica e principalmente quais as principais ameaças e riscos que em cada época foram sendo colocados a Portugal como potência colonial administrante na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885) e potência colonizadora desde meados do século XV.

Neste contexto, os sentimentos e valores institucionais que caracterizaram essas orientações político-estratégicas da História Militar de Portugal e de Angola, nomeadamente a participação militar na defesa das colónias e dos interesses nacionais em África, na sequência do que estamos a comemorar a evocação do seu centenário, ficaram em nossa opinião bem expressos no que refere o Tenente-Coronel Alves Roçadas no seu “Relatório sobre as Operações no Sul de Angola” (1914) onde salienta:

“...Patriotismo! É um termo que todos os bons portugueses desejariam ver declinado por cá com mais parcimónia; mas quem quiser encontrar belos exemplares da sua verdadeira significação prática folheie os anais de África...” (1919, p. 240).

Com base neste pensamento patriótico constatamos que a estratégia nacional para Angola materializou a história de uma relação conturbada que hipervalorizava a dependência, e em certa medida, o “peso” e a “responsabilidade” que era administrar um território treze vezes maior que Portugal, onde a relação entre os meios disponíveis e as necessidades de segurança (e de defesa) e principalmente a premência de vincar a

¹ Gastão Sousa Dias nasceu em 1887 e passou grande parte da sua vida em Angola, onde serviu o Exército Português, nomeadamente no período da Grande Guerra. Foi professor no Liceu Nacional da Huila e conta com vasta publicação de artigos sobre Angola, como se pode constatar na base de dados da Biblioteca do Exército e da Revista Militar, onde se destacam as seguintes obras: «*No Planalto da Huila*», «*África Portentosa*», «*Cartas de Angola*» e «*A defesa de Angola*». Gastão Sousa Dias faleceu em 1955.

soberania, sempre se colocaram. Factos que levaram a adaptações ao longo dos séculos e mais concretamente no período da Grande Guerra, onde o envio de tropas e de meios militares em prol do interesse nacional republicanos e colocou uma vez mais na defesa dos interessa de Portugal nesta colónia Africana.

Das lições aprendidas, da intensidade, prioridades militares e das decisões que foram politicamente contestadas na sequência da Grande Guerra, desenhou-se um conjunto de linhas orientadoras para a estratégia militar e para a defesa dos interessa das colónias que iremos procurar trazer à reflexão do leitor.

No contexto beligerante da Grande Guerra e da participação nas campanhas ao Sul de Angola resultou assim um conjunto de normativos e de orientações politico-estratégicas que tiveram um impacto na relação institucional com Angola e que procuraremos abordar nesta reflexão académica que denominamos «*A Estratégia Militar de Portugal em Angola no período da Grande Guerra. Principais linhas de constância e de rotura...*».

Da Colonização à Grande Guerra Africana

Na carta-doação em que D. Sebastião, Rei de Portugal, confiava a Paulo Dias de Novais, que viria a ser o primeiro Governador de Angola, a conquista desse vasto território no continente Africano, não figurava qualquer orientação político-estratégica para a sua manutenção (defesa), sendo que desde essa data, esse singular aspecto passou a constituir uma das principais preocupações dos governadores e representantes da Monarquia, e mais tarde da República, para a “Província” de Angola.

É sabido que a colónia portuguesa de Angola viria a formar-se em meados de fevereiro de 1575 com a chegada do navegador Paulo Dias de Novais, integrando na sua expedição cerca de 100 famílias de colonos e 400 soldados². Esta colonização às designadas terras do “*Reino do Congo*” e o envio de militares para Angola passou a ser uma constante ao longo dos mais de cinco séculos que esteve sob a alçada colonizadora de Portugal.

Desde essa época, o comércio na colónia passou a centrar-se como pólo de interesse e desenvolvimento e era na maior parte feito com a outra margem do Atlântico Sul, o Brasil. Os navios europeus eram os mais numerosos nos portos de Luanda e Benguela e a afluência portuguesa (e não só) para Angola, principalmente na busca de escravos e de produtos indígenas, passou a ser motivo de cobiça e interesse de várias potências europeias. David Birmingham refere a este propósito que “*...os mercados de escravos eram a vanguarda da penetração europeia em África, mas exibiam poucas provas de cultura, língua, literatura, religião, tecnologia, e moeda europeia, ou de qualquer outro componente desse conceito efémero chamado civilização...*”, sinónimo de uma apetência e cobiça internacional por Angola (2003, p.51).

² Luanda constituiu-se como cidade em meados de 1605, sendo Paulo Dias de Novais o primeiro Governador e Capitão-Geral de Angola (1575-1589). Através de bula papal de Clemente VIII, “*Super Specule*” de 20 de maio de 1656, Angola e a designada região do “Reino do Congo” viriam a ser integrados no Bispado do Funchal, sendo o primeiro Bispo, D. Frei Francisco de Soveral (Selvagem, 1999, p.332).

Portugal, tendo de combater normalmente um inimigo interno “aguerrido” que supria a imperfeição das suas armas pelo número considerável com que se apresentava nos combates, o conquistador de Angola procurou, desde o início, o apoio incondicional de alguns *Sobas*, que aproveitavam o momento para escaparem à tirania do Rei de Angola, organizando assim a designada “...*guerra preta de empacasseiros* [soldados negros]³ e *jagas* [guerreiros itinerantes]...”, que permitiu separar os poderes regionalizados por etnias ou povos e congregar assim apoios nas campanhas de pacificação nos séculos que se seguiram. Estes soldados indígenas, carregadores ou colocados em apoio das múltiplas expedições desenvolvidas constituíam as forças indígenas de Angola que consubstanciaram uma importante fonte de recursos e de poder militar na defesa dos interesses de Portugal na sua maior colónia em África (Correia, 1782, p. 50).

Inicialmente, as forças brancas foram organizadas em «*companhias pagas de arcabuzeiros sem número determinado e de alguns ginetes mantidos pelos capitães e senhores mais ricos, por quem se repartiam em parte os despojos e a cuja sombra se fazia o negócio do sertão, de cujos presídios, feiras e distritos eram eles os capitães-mores*», assegurando a defesa da Colónia.

Após o domínio holandês (1641-1648), a criação de um dispositivo militar mais apto para a defesa da possessão Angolana impunha-se assertivamente. Assim, em 15 de abril de 1666, foram criados os primeiros agrupamentos de tropas de Infantaria de Angola, que ficou constituída por dez Companhias, estando oito em Luanda (cada uma delas constituída por cem homens), uma em Benguela com o seu capitão (além do Capitão-Mor, também com cem homens) e a última a 25 homens por cada um dos vários presídios (Ambaca, Cambambe, Massangano e Muxima) constituída exclusivamente pela designada «...*tropa paga a regular e pelos empacasseiros...*»⁴.

Este primeiro dispositivo militar para a defesa da colónia constituiu também a primeira resposta estratégica da Coroa às ameaças externas que pairavam sobre Angola, pois que na proximidade da Guerra da Sucessão (1665 a 1715), a par de uma grande atividade militar defensiva (onde se reforçava a criação de fortalezas e fortins em Angola) foram tomadas medidas inéditas e relevantes, tendentes à operacionalidade e disciplina da força militar de guarnição. Uma das primeiras iniciativas da coroa foi a obrigatoriedade de prestar serviço militar (os moradores de Luanda desde 1660 estavam isentos dessa obrigação).

Neste contexto, e em face da necessidade de reforçar o dispositivo militar em Angola, a provisão real de 29 de janeiro de 1695 mandava organizar na capital um «*terço de ordenanças*» e mais 17 companhias das mesmas tropas nos distritos e presídios

³ Derivado este título do antigo emprego que tiveram os seus antecedentes, nomeadamente associados à caça das empacassas e outros animais ferozes, os quais, tendo seus oficiais nomeado dentre si próprios, prestaram ordinariamente serviços de polícia (e de guerra), quando as circunstâncias o exigiram, tendo em remuneração o “privilegio” de serem isentos dos serviços de carregadores e outros mais “afortunados” de integrarem a tropa colonial.

⁴ A organização militar adoptada mantinha os cargos de Capitão-Mor do Reino, substituído nos impedimentos pelo Sargento-Mor da Praça, havendo ainda um Capitão de Artilharia, que cumulativamente desempenhava as funções de “*refinador da pólvora*” (Dias, 1932).

militares, organização que subsistiu até meados de 1752, quando o Governador, Conde de Lavradio criou as designadas «*milícias*», adoptando um conceito diferente e inovador para a defesa militar da colónia (Dias, 1932).

Neste período, a qualidade das tropas coloniais Angolanas era muito incipiente, pois que para Angola eram enviados os condenados e malfeitores para o cumprimento de castigos e expiação dos seus crimes em Portugal. Estas tropas regulares, em cujas mãos se entregava a defesa e a manutenção da ordem na colónia, eram na sua grande maioria constituídas por traficantes e gentio de pouca disciplina, criando recorrentemente sublevações e desordem nas guarnições. Aspecto que iria constituir-se como um dos principais problemas na efectiva operacionalidade e coesão das tropas coloniais em Angola.

António de Albuquerque Coelho de Carvalho [Governador de Angola entre 1722-1725], interpretando a fraca capacidade militar e a ausência de qualquer estratégia militar da Coroa para com a colónia, associado à conveniência e inquietação dos sertões, empenhou-se em fugir a grandes cometimentos, receoso de algum insucesso, tanto mais que a prudência, perante a significativa concorrência de holandeses, franceses e ingleses, aconselhava à concentração permanente de todo o poder mobilizável, para assegurar a integridade territorial e principalmente a defesa de Luanda. Referia o Governador a este propósito «...*faço todo o possível para evitar guerras em ocasião que se fazem tão prejudiciais e arriscadas – explicou ele para Lisboa – pela falta em que nos achamos de poder para elas...*» (Delgado, 1946, p. 298).

Anos depois, quando o Governador António de Vasconcelos (1758-1764), avisado pela metrópole das ameaças da guerra com Espanha e França (1762) enviou de reforço para a guarnição de Luanda as designadas «*tropas dos presidios*», acabando por admitir que eram constituídas maioritariamente por negros, pouco instruídos e sem capacidade militar efetiva. Por outro lado, o recrutamento local, muitas vezes forçado, de tropa indígena resultava na criação de unidades militares mistas ou quase que exclusivamente indígenas, onde a técnica e tática militar eram incipientes e as deserções e motins muito frequentes.

E contudo, apesar de disporem de tropas de baixa qualidade, em que o condenado na metrópole constituía a base fundamental das unidades regulares, os portugueses foram realizando expedições militares de grande envergadura, nomeadamente a ocupação inicial de Paulo de Novais, a resistência de Massangano contra a invasão holandesa, a derrota em Ambuíla do exército do Rei do Congo (1665), bem como a tomada das Pedras de Pungo-Andongo, em que se combateu o Rei de Angola (1671), ambas estas últimas levadas a cabo por Luíz Lopes de Sequeira⁵ que viriam a constituir uma referência na defesa de Angola.

⁵ Luiz Lopes Sequeira, cabo-de-guerra de raça crioula, natural de Luanda, filho de Domingos Lopes de Sequeira, que em 1643 fora a Portugal pedir socorro para os defensores de Massangano e que, regressando a Angola (com este socorro), veio a morrer massacrado pelos *jangas*, em junho de 1645, quando à testa da guarda avançada dessa coluna, cruzava o Rio Cuanza. Depois de vencer o Rei do Congo em Ambuíla, Luiz Lopes Sequeira dominou o Rei de Dongo nas Pedras de Pungo-Andongo (1671) e ainda o Rei de Matamba, caindo morto nesta última ação militar (1681).

O Governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1770) trouxe para Angola o pensamento renovador das doutrinas pombalinas, tendo procurado transformar as atividades da colónia, de exclusivamente mercantis em industriais e agrícolas, tendo encarado, seriamente e de forma profissional, o problema da defesa da província. As reformas introduzidas no dispositivo militar foram profundas, nomeadamente: reduzir o tempo de serviço das tropas; renovou os quadros pela promoção de oficiais mais novos (usando das atribuições que lhe haviam sido conferidas para fazer nomeações até ao posto de capitão) e pela passagem à reforma de oficiais considerados incapazes; desenvolveu ainda a instrução militar, introduzindo a tática do Conde de Lippe, implementou medidas para a disciplina militar, colocando no comando dos presídios oficiais europeus. Estas orientações estratégicas para o dispositivo e para a legislação militar implicou uma reorganização das unidades militares em Angola, tendo este subsistido até aos princípios do século XIX.

Neste dispositivo, o Exército passou a ser constituído por três escalões: a designada «*primeira linha*», com um Regimento de Infantaria situado em Luanda, quatro Companhias independentes (100 praças) em Benguela, Pungo-Andongo, Ambaca e S. José do Encoje, quatro Companhias (60 praças) em Muxima, Massangano, Cambambe e Novo-Redondo (atualmente Sumbe), um Esquadrão de Cavalaria em Luanda e três Companhias de Artilharia, situadas em Luanda, Benguela e Caconda; a designada «*segunda linha*» era composta essencialmente por milícias, com um Regimento de Infantaria em Luanda, oito Companhias em Ambaca (formando um corpo com comandante próprio) e vinte Companhias⁶. A «*terceira linha*» era constituída por *ordenanças*, com um «*terço*» em Luanda e mais 17 Companhias nos locais onde havia milícias, bem como uma Companhia em Ambaca. Ainda como tropas de «*terceira linha*» eram igualmente considerados os cerca de 20 mil «*empacasseiros*» que os *Sobas* locais eram obrigados a fornecer em caso de guerra e que eram frequentemente usados como carregadores e tropa de apoio nas campanhas militares de pacificação ao sul de Angola.

No governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos de Soveral (1790-1795) viria a ser publicado o primeiro regulamento que definia as orientações político-estratégicas e legislativas para a defesa territorial de Angola. O designado «*Regimento de Fronteiras de Angola*», que estabelecia entre outros aspectos, as condições para a nomeação (eleição) dos capitães de Infantaria «*...pessoa em quem concorra o haver sido seis anos efectivo soldado, debaixo de bandeira, e três de alferes, ou dez anos efectivos de soldado...*»; as condições para nomeação dos alferes «*...pessoa que tenha partes para o poder ser, e terá servido quatro anos efectivos...*» e ainda dos sargentos, que deveriam ter o mesmo tempo de serviço dos alferes e ser «*...diligentes, porque são o governo ordinário das companhias...*» (Dias, 1932).

⁶ Localizadas em Dombe Grande da Quinzamba, Muxima, Massangano, Pungo-Andongo, Cambambe, Encoje, Novo Redondo, Calumbo, Icolo e Bengo, Dande, Golungo, Zenza e Quilengues, Dembos, Bailundo, Bié, Caconda e duas em Benguela (Dias, 1932).

Assim se mantiveram as forças militares e o dispositivo em Angola até ao princípio do século XIX, tendo deixado, por vezes, de constituir elemento de segurança e ordem, para se transformarem em perigoso factor de indisciplina e, se bem que no seu activo se contem feitos de guerra de incontestável valor, parece certo que nos momentos difíceis sempre o recurso consistiu em solicitar da metrópole o envio de expedições militares de socorro, quer para pacificar os indígenas quer para apaziguar as revoltas militares internas⁷. E na moderna história militar de Angola, estes exemplos foram, como é do conhecimento, frequentemente repetidos pois que a ausência de uma estratégia de auto-sustentação e de auto-afirmação em Angola, resultava no envio de dispendiosas expedições militares “metropolitanas” que resolviam conjuntamente os problemas de segurança.

Este estado de latente indisciplina atingiu a gravidade máxima por influência dos acontecimentos políticos na metrópole, quando no dia 6 de fevereiro de 1822 o povo insurgiu-se, depondo o Governador e elegendo uma «Junta Provisória» (1822-1823). As tropas mantiveram-se pouco tempo controladas: o Regimento de Infantaria e a Companhia de Cavalaria sublevaram-se, obrigando a Junta a pedir, uma vez mais, socorro das Cortes em Lisboa. Em 1823 chega a Luanda um «Batalhão Expedicionário» sob comando de Cristóvão Avelino Dias, a quem haviam sido confiadas as atribuições como «Governador das Armas da Província».

No ano de 1827 era a seguinte a distribuição das unidades de «primeira linha» em Angola: na cidade de Luanda estavam situados o Regimento de Infantaria de linha, o Batalhão Expedicionário de Portugal, o Esquadrão de Cavalaria e a Companhia de Artilharia. Na cidade de Benguela, tínhamos uma Companhia de Infantaria e uma Companhia de Artilharia e nos presídios: Cacondo, Novo-Redondo, Muxima, Massangano, Cambambe, Pundo-Andongo, Ambaca e Encoje, uma força de guarnição (de efectivo reduzido, variável, e normalmente mal equipada e armada).

As milícias e ordenanças mantinham sensivelmente a mesma organização planeadas por Sousa Coutinho (1764-1772), mas o Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1829) apontava a sua inutilidade, aconselhando até a sua substituição por *empacasseiros*, pois que existia a denominação de diferentes «companhias de ordenanças» nos Presídios.

Em 25 de junho de 1834 é proclamado em Angola o reinado de D. Maria II e em fevereiro de 1836 toma posse como Governador de Angola, o irmão do Marechal Saldanha, Domingos Saldanha de Oliveira e Daun (1836). Uma das primeiras medidas adotadas foi extinguir as milícias e ordenanças, procurando criar uma força de apoio às ideias liberais, tendo para isso criado um Batalhão de Infantaria e um Esquadrão de Cavalaria nacionais, exemplo que foi seguido pouco tempo depois pelo Governador de

⁷ Assim aconteceu, por exemplo, no início da conquista, quando em 1584 Castanho Velez trouxe de Portugal, como vimos, tropas a Paulo Dias, que se achava em Massangano, em posição desesperada, quando, quase perdida a posse de Angola, do Brasil vieram os socorros de Souto Maior (1645) e de Salvador Correia (1648), que por fim a reconquistou ao holandês e ainda quando, para a conquista das Pedras de Pungo-Andongo, o Governador Francisco de Távora (1671) recebeu o auxílio enviado pelos Governadores da Baía e de Pernambuco, na outra costa do Atlântico, no Brasil.

Benguela que viria igualmente a criar um «*Batalhão Nacional*». Mas a disciplina das tropas continuava sendo um grave problema...

Sá da Bandeira, procurando unificar a organização das tropas ultramarinas, dando-lhe composição idêntica às da metrópole, determina em 7 de agosto de 1838 «... *que o Regimento de Infantaria de Angola seja organizado em um Batalhão com a mesma composição que tem os Batalhões de Infantaria do Reino...*» e no dia 26 do mês seguinte é estabelecido um plano de organização da força militar de *primeira linha*, constituída por uma Companhia de Sapadores, uma Companhia de Artilharia, um Esquadrão de Cavalaria e um Batalhão de Infantaria. No mesmo ano era organizada a tropa de *segunda linha* «...*que por sua organização possa subsistir e preencher melhor os fins a que eram destinados as extintas milícias...*», criando-se ainda os «*Batalhões Provisórios*», comandados por um Major (da tropa de *primeira linha*) e nos quais deveriam ser alistados todos os habitantes dispensados de servirem o primeiro escalão do Exército, que passariam a constituir a reserva por mobilização⁸.

Em 1845, depois dos ajustamentos originados pelas constantes mudanças nos governadores prevalecia a seguinte organização, pela qual as forças militares eram distribuídas por dois escalões: A tropa de *primeira linha* constituída pela «*Guarnição de Luanda*» composta por um Batalhão de Infantaria de linha, uma Companhia de Sapadores, um Esquadrão de Cavalaria e uma Companhia de Artilharia. Dispondo ainda da «*Guarnição de Benguela*» constituída por uma Companhia de Infantaria e uma Companhia de Artilharia.

Fazia parte integrante a designada «*Guarnição dos Presídios*» constituída por diversos destacamentos, de efectivo variável, situados em: Caconda, Novo-Redondo, Muxima, Massangano, Cambambe, Pungo-Andongo, Duque de Bragança, Encoje e Ambaca. Na tropa de *segunda linha*, existia o «*Governo de Luanda*», composto pelo Batalhão nacional da cidade e vinte Companhias Móveis (Muxima, Cambambe, Massangano, Pungo-Andongo, Ambaca, Duque de Bragança, Encoje, Dande, Icoló e Bengo, Zenza e Quilangues e Dembos. O «*Governo de Benguela*» era composto pelo Batalhão nacional da cidade e as Companhias Móveis no Bié, Dombe Grande, Caconda e de Quilengues (que não chegaram contudo a ser organizadas) (Dias, 1932).

E apesar deste reforço do dispositivo militar, dadas as constantes sublevações populares, havia uma necessidade frequente de lançar mão de tropas irregulares, tais como o «*Batalhão de Comércio de Luanda*» e a «*Companhia dos Empregados Públicos*», organizada em 1851, para garantir a manutenção da ordem na cidade de Luanda. Pois que na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, desenvolveu-se uma intensa atividade de ocupação do território, de expedições, em que ao explorador sucedia o

⁸ Encontramos na documentação oficial da época frequentes referências às várias organizações criadas para a defesa do "Constitucionalismo", tais como um «*Batalhão de Voluntários de Luanda*», que em 1849 recebia um comandante e ajudante das tropas de *primeira linha*, por se encontrar «...*sem instrução militar, sem disciplina e com um sistema de administração muito irregular...*», e o «*Batalhão de Caçadores da Rainha*», para o qual Sales Ferreira viria a ser nomeado comandante interino em 1852 (Dias, 1932).

militar⁹, numa sequência de esforços motivados pela “demanda Africanista” imposta pela Conferência de Berlim¹⁰.

Tantos anos de luta tinham-nos trazido ensinamentos definitivos sobre a estratégia militar de defesa da colónia, e nesse sentido, foram novamente reorganizadas as forças ultramarinas, por decreto de 16 de agosto de 1895 (que não chegou a ter inteiramente cumprimento), salientando que, conforme refere o preâmbulo do Decreto de 14 de novembro de 1901 «...as formas de conseguir uma ocupação eficaz dos vastos territórios das nossas províncias ultramarinas é escalonar do litoral para o interior unidades tácticas independentes, as quais, constituindo centros de ocupação de onde irradiem as forças destacadas para os postos militares, formarão as malhas da rede que deve estender-se em todo o território ocupado...».

Contudo, porque os problemas continuavam sem uma solução satisfatória, visto que «...quando a ordem pública é perturbada, quando a Bandeira Portuguesa é desrespeitada, há necessidade de recorrer às expedições extraordinárias dispendiosíssimas...», implicando, quase sempre, um reforço de tropas não coloniais. Este desiderato implicou novamente que se reorganizassem as forças do ultramar, pelo supracitado decreto de 14 de novembro de 1901, cujos benefícios foram pouco significativos¹¹.

⁹ Em meados de 1855, Coelho do Amaral toma o Ambriz; em 1856 Sales Ferreira ocupa o Bembe; em 1859 o domínio português atinge o Humbe e a Camba; em 1860 Baptista de Andrade, toma S. Salvador do Congo; em 1883 os portugueses estabelecem-se nos territórios de Caongo e Massabi e reocupam Santo António do Zaire; em 1885 Cassinga cai em poder das tropas portuguesas; em 1886 Artur de Paiva ocupa os territórios do Cunene e o Alto-Cubango e em 1890 o Bié e em 1893 realizam-se os primeiros trabalhos de conquista do Libolo por parte da Coroa Portuguesa.

¹⁰ Neste contexto, referia-se Marcello Caetano, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, ao poder de influência exercido pelas novas potências europeias sobre o continente Africano, na busca de novos mercados para a expansão do comércio europeu, estimulado pelo aumento e embaratecimento da produção que o processo industrial provocara. Na demanda Africanista, começavam a surgir na imprensa da época, relatos e crónicas de novos exploradores que demandavam a África no intuito de darem a conhecer ao mundo os segredos de um continente praticamente desconhecido antes do século XV e no século XVII ainda pouco explorado. Luciano Cordeiro, na sua obra “*L’hydrographie Africaine aux XVI^{ème} Siècle d’après les premières explorations Portugaises*”, nas palavras ainda de Marcello Caetano, referia por ironia, as regiões que os portugueses já haviam percorrido séculos antes e que estavam guardadas nas narrativas inéditas, de pequena tiragem e num estilo rude, sem sedução para o grande público, aspeto que não impediu a multiplicação da realização de expedições geográficas ao continente Africano neste período (Caetano, 1965, p. 72). Para aprofundar a temática recomenda-se a leitura da expedição geográfica portuguesa (1877 e 1880) empreendida, segundo Marcello Caetano e citando Luciano Cordeiro “...já muito tardiamente...” (Idem, p. 76) por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, oficiais da Armada Real Portuguesa à região dos Rios Congo-Zaire, entre Angola e Moçambique (lei de 12 de abril de 1877), patrocinada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo Governo Português (com destaque para João de Andrade Corvo e o Visconde de S. Januário, no Ministério da Marinha e do Ultramar). Viagem descrita nos dois volumes da obra “*De Benguela às Terras de Iaca*” (13 de abril de 1881) republicado em 1996 pela Editora Publicações Europa-América (ISBN 972-1-04104-1) e ainda nos dois volumes “*De Angola à Contra-Costa – Descrição de uma viagem através do continente Africano*”, Imprensa Nacional (1886) e as narrativas de Serpa Pinto – “*Como eu atravessei a África do Atlântico ao Mar Índico...*” (1881).

¹¹ A política de transporte de condenados e exilados políticos para a África Portuguesa, concretamente para a Província de Angola, foi um factor essencial e constante ao longo da História de Angola. Ainda assim a presença de exilados políticos republicanos não seria suficiente para desencadear uma revolução ou uma revolta separatista, que viria a acontecer em 5 de outubro de 1910, com impacto no Governo de Angola e na postura militar na colónia (Wheeler e Pélessier, 2009, p.161).

Com a implantação da República e o reforço dos ideais republicanos na necessidade de afirmar como ideologia política e congregar o sentimento patriótico e nacionalista em torno das novas ideias republicanas, que advogavam uma nova estratégia para as colónias, a composição das forças militares em Angola passou a ser a seguinte: «*tropas de primeira linha*», composta por uma Bateria mista de Artilharia de montanha, duas Companhias mistas de Artilharia de montanha e Infantaria, um Esquadrão de Dragões, uma Companhia europeia de Infantaria, dezasseis Companhias indígenas de Infantaria, um Batalhão Disciplinar e a Companhia de Depósito (que estava dedicada aos aspectos logísticos e de reequipamento e fardamento das tropas, e que constituía uma novidade em Angola). As «*tropas de segunda linha*» constituídas pelas forças que apenas prestavam serviço militar em circunstâncias excepcionais (revolta, insurreição, guerra interna ou externa) e pelos «*corpos irregulares*», formados exclusivamente de elementos indígenas, cujos quadros não estavam em proporção com a força enquadrada, existindo uma minoria de oficiais brancos para comandar esta força essencialmente indígena.

Foi com forças assim constituídas que se realizou a *Campanha do Bailundo* (1902), se ampliou a ocupação do planalto de Benguela e se desenvolveram as operações militares a Sul de Angola (1904). Mas, nem por isso foi vencida as já conhecidas deficiências (falta de treino, de equipamento e de condições operacionais), que obrigava à prática novamente do envio das dispendiosas expedições metropolitanas¹². Assim, Alves Roçadas ocupa definitivamente o Cuamato em 1907^{13/14}.

Neste contexto, os serviços prestados pelas forças da Província tornam-se importantes para a estratégia militar colonial para Angola: a ocupação do Evale e do Baixo-Cubango até ao Mucusso (1909), bem como a pacificação do distrito de Huila, a elas se devem. Em meados de 1913, no limiar da Grande Guerra, são extintas definitivamente as *tropas de segunda linha* e, tendo-se iniciado o regime de ocupação civil, foi possível montar uma nova máquina administrativa assente nas sólidas bases deixadas pela rede de ocupação militar que praticamente ocupava todo o território.

¹² Carlos Selvagem, refere a título de exemplo, sobre as campanhas militares no Sul de Angola, o balanço da acção de ocupação de João de Almeida, à data, Governador de Huila, referindo que «...durante o tempo que estivemos à frente do governo do distrito de Huila, fizemos avançar a ocupação desde as margens do Cunene às do Cuiúto e Cuando, isto é, 300 a 1200 Km e a área pacificada de 14 mil Km², que a pouco mais se estendia do que aos núcleos de população branca e aos postos e às curtas e estreitas faixas de comunicação, nem sempre seguras, foi estendido o nosso domínio efectivo a uma área muito superior a 100 mil Km, como se pode ver pelo esboço de ocupação e pacificação em 1907 e 1910...» (Selvagem, 1999, p.680).

¹³ Em agosto de 1907 a coluna de Alves Roçadas ocupa o Cuamato, e recolhe as ossadas dos militares portugueses falecidos em combate no vau do Pembe a 25 de setembro de 1904, vestígios de um dos momentos mais marcantes das campanhas do sul de Angola e descritas pelo Major Artur de Moraes (um dos únicos quatro sobrevivente dessa batalha) (Moraes, 2007, pp. 126-132).

¹⁴ Recomenda-se pelo testemunho e pelas fotografias o livro da campanha do Cuamato e do desempenho de Paiva Couceiro, a obra escrita pelo alferes Velloso de Castro, intitulada “A campanha do Cuamato em 1907 – Breve narrativa acompanhada de photographias”, Loanda - Imprensa Nacional, 1908.

A Grande Guerra e a alteração da estratégia militar Portuguesa em Angola

Na Europa inicia-se em meados de 1914 a Grande Guerra. As operações militares no Sul de Angola (1914)¹⁵ haviam conduzido à acção de Naulila, que tivera como consequência a inutilização da soberania no Cuamato, Humbe e no Evale, vistas na Europa e especialmente em Portugal como um sucesso militar e uma demonstração das capacidades operacionais, que não teria comparação com o quadro das operações no teatro Europeu.

No começo do ano de 1915 a beligerância não estava nitidamente declarada embora a Província de Angola tivesse sido invadida por forças alemãs em 1914. Como consequência de Naulila e da retirada do Tenente-Coronel Alves Roçadas em finais desse ano, ficaram ao abandono, todos os postos da região Além-Cunene, originando a ocupação temporária dos alemães (antes da retirada para a Damaralândia¹⁶) consequente sublevação dos locais que deu origem à campanha do General Pereira d’Eça, no comando das designadas “Tropas Expedicionárias ao Sul de Angola”, que culminaria em 20 de agosto de 1915 com os combates da Môngua, na região dos Cuanhamas, contra a coligação dos povos do Sul de Angola chefiados pelo *Soba Mandume*¹⁷.

No dia 18 de agosto de 1914, o General Pereira de Eça, Ministro da Guerra, voltaria a nomear, o agora Tenente-Coronel do Corpo do Estado-Maior Alves Roçadas¹⁸, para comandar o Primeiro Corpo Expedicionário, constituído por um quartel-general, um Batalhão de Infantaria, uma Bateria de Metralhadoras, uma Bateria de Artilharia de Montanha, um Esquadrão de Cavalaria, Serviços de Saúde, Engenharia, Administração Militar, Transportes e de etapas e tendo por missão principal assegurar a obediência dos locais e vigiar a fronteira sul nos pontos importantes, dada a presença de forças militares alemãs na fronteira sul. A campanha foi organizada com base nos decretos

¹⁵ Alves Roçadas escreve no prólogo (25 de outubro de 1915) do “Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914” a este propósito, o seguinte “...tivemos em vista, embora sacrificando a concisão do presente trabalho, apresentarmos, não só aos nossos camaradas mas a todos os nossos concidadãos, uma narrativa das operações militares realizadas no Sul de Angola, no ano de 1914, emolduradas numa sucessão de factos que, quer pelo lado histórico, quer pelo militar, quer pelo lado político e mesmo pelo lado internacional, constituem o mais belo testemunho do que tem sido a obra nacional deste pequeno mas glorioso país que se chama Portugal; obra que representa uma verdadeira operação mundial, ininterrupta desde a origem da nossa nacionalidade até hoje, e sempre honesta, desinteressada e lial em prol do progresso e da liberdade...”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.

¹⁶ Damaralândia - Neologismo de origem alemã (terra dos *Damaras*) foi o nome dado de finais do século XIX até ao final da Primeira Guerra Mundial ao norte da região central do Sudoeste Africano Alemão, coincidente com o território habitado pelos povos de etnia herero, povos que no século XIX eram em geral referidos pelos europeus como os “*Damaras*”. A região tinha fronteiras imprecisas, sendo limitada a norte pela Ovambolândia, a oeste pelo Deserto do Namibe, a leste pelo Deserto do Kalahari, e a sul pela região de Windhoek. Na literatura portuguesa o nome aparece por vezes aplicado a toda a colónia alemã do Sudoeste Africano.

¹⁷ In, Coronel Emygdio Duarte Cadima “*Môngua 1915*”, publicado na Revista Militar em agosto/setembro de 1958 (pp. 433-466) e Capitão Zarco da Câmara “*Campanhas do Sul de Angola em 1915*”, publicado na Revista Militar em abril de 1940 (pp. 226-242 e pp. 645-652).

¹⁸ Alves Roçadas era um oficial já experimentado e notabilizado no serviço das Colónias, pois tinha sido Governador do Distrito da Huíla e dominara os Cuamatos em 1907, como vimos, o que lhe havia valido a promoção a tenente-coronel por distinção, viria a ser promovido a coronel em 1915, e em 1918, foi graduado em general, para assumir, em França, o comando da 2.ª Divisão do C.E.P. (V. cap. XXVII, 2.º volume, p. 115). Cf. Coronel António Maria Freitas Soares, «*A Campanha de Angola*» in General Ferreira Martins (dir.), “Portugal na Grande Guerra”, Vol. 2, Lisboa, Editora Ática, 1934, pp. 193-205.

de 18 e 20 de agosto de 1914 (O. E. nºs 19 e 20 – pp. 1212 e 1222), o efectivo total desta Força Expedicionária era de 61 oficiais, 1534 praças e 335 solípedes (Martins, 1934, pp. 193-205).

Alves Roçadas materializava uma consciência republicana da defesa dos interesses portugueses em Angola e era um dos elementos mais visíveis da estratégia de afirmação no intuito de defender a soberania nacional nas colónias. Neste contexto, uma nova expedição metropolitana chega a Angola em 1915, sob comando do General Pereira d’Eça e desta vez a ocupação atinge a fronteira a sul, abrangendo os territórios perdidos no ano anterior e a região do Cuanhama¹⁹, até então praticamente impenetrável²⁰.

Em termos operacionais, era importante realizar a companhia com urgência e rapidez, pois as operações teriam de ser realizadas num reduzido espaço de tempo, pois deveriam estar terminadas antes do início da época das chuvas (setembro). Em segundo lugar existia também alguma urgência em que as operações tivessem bom êxito nesse ano de 1915, pois para Portugal era absolutamente necessário que desaparecessem os efeitos da política alemã no sul da Província e se anulassem igualmente os efeitos causados na população indígena pelo insucesso da expedição do ano anterior. Era importante ainda obter a submissão completa dos Cuamatos – vencidos sete anos antes (1907) de se manifestarem abertamente contra o domínio português após a retirada de Naulila e o conseqüente abandono de todos os Fortes do Cuamato e finalmente, garantir a ocupação da vasta região habitada pelo povo Cuanhama, onde apenas os alemães tinham livre circulação, e comerciavam em grande escala, distribuindo armamento aos indígenas e fazendo a sua política contra a ocupação portuguesa do sul de Angola²¹.

O general Pereira de Eça tinha as seguintes intenções político-estratégicas e que se repercutiram na estratégia operacional montada para a maior operação militar desencadeada por Portugal, até essa época, em Angola:

- Recuperação de todo o território abandonado e conjuntamente garantir a reconquista directa do “prestígio” de Portugal sobre os Africanos do Sul de Angola e indirecta sobre a população indígena de toda a província;
- Fazer face a qualquer investida dos alemães, ou mesmo penetrar no território, vingando o traumático insucesso de Naulila, e se a situação permitir adoptar, uma atitude ofensiva;

¹⁹ Para melhor se compreender os incidentes relacionados com o Cuanhama, na sequência “...de uma vingança...” aos acontecimentos de 25 de setembro de 1904, onde a coluna do Capitão de Artilharia Pinto de Almeida na região de Cunene foi praticamente, segundo o autor, “...quasi aniquilada...” (p. 8), sugerimos a leitura do livro “A questão do Cuanhama” (1906), de Eduardo da Costa, Lisboa, Typographia Universal.

²⁰ Por iniciativa do Governador-geral, a totalidade das forças metropolitanas, requisitadas e estacionadas a partir de 28 de março de 1915 no Sul da província de Angola, era constituída por cinco Batalhões de Infantaria, um Batalhão de Marinha, três Esquadrões de Cavalaria, cinco Baterias de Artilharia Montada, três de Artilharia de Montanha e oito de metralhadoras (Freire, 2011).

²¹ Cf. Coronel Emygdio Duarte Cadima, “*Môngua 1915*”, Revista Militar, 1958, p. 435-466.

- Simultaneamente, preparar a ocupação do território Cuanhama e cooperar com os nossos aliados da África do Sul, se eles forcarem os Alemães a dirigir-se para fora das nossas fronteiras.

Conforme refere o Relatório do General Pereira de Eça, que no ponto 2 seria ajustado, passando a constar «...fazer face a qualquer incursão no território da Província e defender a sua integridade e a honra da nação...» pois estes objetivos político-estratégicos seriam de crucial importância para Portugal.

Sintetiza-se assim nos três princípios supracitados os principais aspectos do dispositivo militar existente em Angola no período da Grande Guerra, donde permite salientar (e acrescentar), os seguintes condicionalismos da estratégia militar portuguesa em Angola, que conduziram à implementação da Portaria Provincial nº 34 de 16 de fevereiro de 1917 (relativa ao recrutamento) e mais tarde, ao Decreto-Lei nº 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, relativos aos aspectos da defesa militar de Angola de 1917. Esta legislação referia-se nomeadamente à concentração de unidades (companhias) em Fortes ou Presídios, resultante de uma exígua e pouco articulada ocupação do território, associado às dificuldades na mobilidade (matriz que vinha do século XVII), e que se revelou insuficiente e pouco eficaz para garantir as necessidades de segurança na Colónia e contribuiu, em nossa opinião, para o incentivo à revolta das populações e para a incursão Alemã a sul de Angola.

Por outro lado, o dispositivo militar assente maioritariamente em tropa negra, com poucos quadros e em que a tropa branca era de baixo valor ético, resultou na incapacidade para responder às situações de emergência na colónia, levando recorrentemente à criação de expedições militares vindas da metrópole, costume que já vinha desde o século XVII e que teve a máxima expressão com o envio das «*Tropas Expedicionárias ao Sul de Angola*» comandadas pelo General Pereira d'Eça, como vimos. Deve ainda considerar-se as deficientes condições da instrução militar e do equipamento e armamento, mais nas unidades de base negra, a sua maioria de *segunda linha* (que viriam a ser desactivadas) e que impossibilitava uma adequada capacidade de resposta militar para fazer face às situações mais complexas de insurreição e ocupação, como veio a acontecer.

Em suma, parece-nos que Angola não representava uma prioridade e uma preocupação constante para a Coroa e o Governo da Metrópole, que através da participação militar no período da Grande Guerra, nomeadamente com a participação no teatro de operações de França, permitiria participar na Conferência de Paz de Versalhes (8 de janeiro de 1919) ao lado das potências vencedoras e manter a posse dos territórios ultramarinos por mais umas décadas. Como uma das principais lições desta rápida resenha da estratégia militar de Portugal para Angola, podemos tirar os seguintes ensinamentos que, constituíram as bases para a nova estratégia militar para Angola no período pós-Grande Guerra e viria a consubstanciar-se na adoção de um conjunto de normativos e orientações de cariz legislativo, operacional, administrativo-

-logístico e de atitude política, que mudou o dispositivo militar em Angola, como iremos ver.

Assim, os aspectos de organização militar de orientação estratégica que se revelaram desenquadrados e tiveram consequências no dispositivo, no sistema de forças e na legislação vigente ou adotada, com impacto directo na disciplina, na operacionalidade e na possibilidade de cumprirmos a sua missão sem que seja necessário um reforço das tropas e meios da Metrópole, foram a deficiente organização de forças brancas recrutadas na Província, que tinham problemas de disciplina, associadom deficiente enquadramento de oficiais da Metrópole; a desvalorização das forças indígenas (que constituíram preciosos recursos de guerra e de manutenção da ordem, e que representam o grosso das tropas de ocupação da Província), que embora sendo elementos indispensáveis para o delineamento de qualquer organização militar, não constituiu uma aposta quer ao nível da sua formação e do seu adequado equipamento.

Pois que desde 1900, a organização, o recrutamento, a instrução militar e equipamento das forças designadas “além-mar” estavam confiadas ao Ministério da Guerra, reservando-se a sua utilização, emprego e operacionalidade local aos Governadores, o que criaria problemas na coordenação do que era a prioridade operacional, no dispositivo e ainda na tipologia dos meios e forças implementadas no território, com consequências na sua disciplina e operacionalidade, e consequentemente na defesa de Angola.

Ensinamentos da Grande Guerra para a Estratégia Militar em Angola

O maior interesse dedicado numa fase inicial ao Império Ultramarino viria a ser mais tarde (em meados de 1916) substituído pela participação na frente europeia. Segundo dados apresentados no Iº Congresso Militar Colonial, realizado no Porto em julho de 1934, em 1914, antes do início da intervenção militar na Grande Guerra, o efectivo global do Exército era de cerca de 800.000 homens, dos quais, cerca de 32.000 oficiais e destes, cerca de 100.000 homens (15%) e 2.000 oficiais (7%) serviam no ultramar. Em 1932, alguns anos depois do final da Grande Guerra e derivado dos ajustamentos ao dispositivo militar impostos pela nova estratégia militar para as Colónias, o Exército dispunha de 317.000 homens na metrópole, onde, cerca de 205.000 (65%) seriam agora no ultramar, incluindo cerca de 9.000 oficiais (metropolitanos e coloniais), correspondendo a um aumento substancial na presença e no enquadramento da tropa ultramarina.

Por outro lado, relativamente às despesas militares, em 1931-32 o Exército da Metrópole custava 4.745 milhões de francos e o das colónias 2.440 milhões por ano, correspondendo a cerca de 50%. O esforço do Exército Ultramarino era dividido entre a Metrópole e as Colónias na proporção de 3/5 para efectivos e 1/2 para despesas, induzindo também um reforço acrescido das verbas despendidas com o pessoal na segurança das colónias.

Examinado, a distribuição das unidades militares na Província de Angola adoptada no período pós-Grande Guerra, uma conclusão ressalta imediatamente: o critério que presidiu à colocação das unidades apostando *nadispersãodo* dispositivo foi o da defesa contra o inimigo interno, procurando acudir prontamente a qualquer ponto de agitação indígena que tiveram o seu auge nas campanhas de pacificação e de controlo das zonas que tinham interesse e onde a presença de colonos brancos era mais expressiva.

Como vimos, estas operações de pacificação em Angola foram tendo um sucesso circunscrito e conjuntural, mas eficaz, pois que os autóctones, completamente desarmados e sem capacidade militar, não manifestavam quaisquer tendências de insubordinação, nem poderia sublevar-se que não fossem imediatamente reprimidos e dominados pelas expedições militares, onde as campanhas de pacificação projectavam um poderio militar substancialmente diferente em favor de Portugal, garantindo o sucesso das operações militares em Angola. Realça-se ainda que a modelar rede de estradas, construídas por Norton de Matos²², facilitou o acesso das forças militares aos pontos mais afastados e a intensificação da ocupação administrativa, que se seguiu, permitindo uma permanente fiscalização e acompanhamento das intenções e dos movimentos dos locais que foram progressivamente integrados no esforço de defesa e nas operações militares que se realizavam em Angola no período da Grande Guerra.

Desde a Campanha do Cuamato que se reclamava a continuação do caminho-de-ferro de Moçâmedes, lançando-se no sentido das terras recentemente conquistadas. Assim se considerava que poderia ter sido feita a ocupação pacífica dessa região e se teria facilmente estendido a ocupação ao Cuanhama, pois como refere Gastão Sousa Dias “...contudo, porque essa obra não se fez, passados poucos anos, tudo voltaria ao início, sendo necessário enviar do continente a expedição do General Pereira d’Eça, com cujo dispêndio se poderiam ter feito quatro linhas férreas...” (Dias, 1932).

Por outro lado, o número de estrangeiros em Angola não apresentava uma proporção alarmante, tendo como exemplo o distrito de Huila, onde outrora se tinham estabelecido em quantidades consideráveis, era em 1920 de apenas 22 para 5 mil portugueses, o número de estrangeiros fixados não representava de facto uma ameaça...essa tinha vindo das regiões externas e vizinhas, nomeadamente na fronteira Sul de Angola, onde Portugal convergiria os seus esforços militares na Província. Em contraposição, as ameaças de carácter externo, que assolaram a colónia da África Ocidental, foram bem mais sérias e bem mais perigosas. E para essas ameaças que se concretizaram com a invasão de unidades militares alemãs na região Sul de Angola, a solução passaria pelo reforço externo e o envolvimento de meios militares da Metrópole, como vimos.

²² Norton de Matos, governador de Angola [1912 -1915] reconduzido em 15 de Agosto de 1914 (cumpriu dois mandatos seguidos), teve uma importância no incremento das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias em Angola, procurando colmatar umas das maiores fragilidades (condicionamento) para a mobilidade, fazendo com que a dispersão das unidades pela colónia tornasse possível uma maior flexibilização e ajustamento do dispositivo quando necessário, viria a ter um impacto directo na estratégia militar de Portugal para Angola no período inicial da Grande Guerra.

A política de restrições económicas no imediato pós-Grande Guerra, com repercussões em todos os planos do Estado, conjugada com as consequências da pacificação colonial, afectou a necessária e urgente reestruturação do Exército (da Marinha e a tentativa de criação da Aeronáutica) nomeadamente na vertente colonial. De facto, com as colónias, aparentemente dominadas, pacificadas e sem a presença da ameaça externa, deixaram de ser preocupação para o Governo Republicano, entrando-se num ciclo de dificuldades económicas no recobro da guerra, de estagnação económica e de pouco investimento.

O principal dilema consistia contudo em saber se dada a impossibilidade de dispensar as constantes expedições enviadas pela Metrópole nas horas críticas, o que conviria fazer? Consequentemente, a solução passaria por organizar e melhorar o dispositivo e as forças da colónia, de forma a evitar o envio de forças metropolitanas e, ao mesmo tempo, poderem prestar-lhes uma eficaz colaboração, quando, eventualmente se tenha de recorrer a esse apoio externo. Para esse fim, vejamos em separado a questão, primeiramente para as *Forças Indígenas* e de seguida para as *Forças Europeias* a recrutar na colónia, o que foi feito.

Relativamente às *Forças Indígenas*, cuja organização apenas necessitou de um aperfeiçoamento, pois que o seu recrutamento passou a estar orientado pelo “*Regulamento Provisório para o Recrutamento Militar na Província de Angola*” (Portaria-Provincial nº 34 de 16 de fevereiro de 1917)²³. Pois constatou-se que sem um recrutamento regular, elemento de salvaguarda de todas as injustiças, o serviço militar, perdia o seu carácter de plena obrigatoriedade, sendo imposto apenas àqueles que o *Soba*, ou o chefe do posto entregavam anualmente, correspondendo assim a uma imposição pela qual os Africanos manifestavam um sentimento de revolta e fraca adesão, constituindo entrave à operacionalidade das *Forças Indígenas*.

Por outro lado, associado a um processo tão incongruente de recrutamento militar, que só trazia às fileiras os piores, ou seja, aqueles que traziam problemas e estavam mal inseridos na suas comunidades. A essa falta de equidade no recrutamento, somava-se a infeliz particularidade de os recrutados sofrerem, imediatamente, uma deslocação para regiões afastadas do seu meio e isto operado por vezes em épocas do ano em que as diferenças do clima eram fatais para muitos, pois que nestas condições, o voluntariado para servir nas tropas coloniais continuava a ser praticamente nulo.

O decreto-lei nº 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, que lançou as bases para o recrutamento militar nas colónias procurou, mais tarde, remediar alguns dos inconvenientes apontados. Assim, na mira de promover o voluntariado (artº 52º 1.), passou a permitir-se aos mancebos nesta condição a escolha das unidades de incorporação e manda (artº 52º 4.) atender às condições climáticas da origem e da unidade de destino. Esse mesmo decreto mandava organizar nas unidades indígenas aulas de português, sendo esta uma

²³ O *Regulamento Provisório para o Recrutamento Militar na Província de Angola* (Portaria Provincial nº 34 de 16 de fevereiro de 1917) seria publicado na sequência do *Regulamento para a Instrução na Guarnição Militar de Angola*, aprovado e mandado pôr em execução por Portaria Provincial nº 21 de 22 de janeiro de 1917 (...).

medida de transcendente alcance, pois uma das dificuldades sentidas durante o período da Grande Guerra era o fato dos indígenas não perceberem o português, dificultando a emissão de ordens e a coordenação operacional na batalha.

A questão do uniforme e da uniformização das tropas indígenas passou a ter uma importância capital, passando a estar integrado na regulação do serviço militar indígena, apostando no asseio, correção e com reflexos no aprumo do vestuário do soldado e na autodisciplina, que sempre constituiu um problema na tropa indígena em Angola. Cumulativamente e à semelhança do que passava com outros exércitos coloniais, o uso de distintivos e medalhas, a organização de frequentes festas e campeonatos desportivos, o estabelecimento de prémios de licenciamento por merecimento, as reduções moderadas do tempo de serviço como prémio de comportamento e de aplicação, o acesso aos postos superiores, contribuiriam significativamente, para afastar progressivamente a má vontade indígena pelo ingresso no serviço militar ao serviço de Portugal em Angola.

A aprendizagem político-estratégica no período pós-Grande Guerra permitiu ainda avalorização e o investimento nas unidades coloniais, e possibilitaram dotar as Companhias indígenas com uma metralhadora ligeira por pelotão, bem como ter melhores condições de habitabilidade e de vivência nos aquartelamentos, que as aproximava mais das Forças Europeias e lhes conferia maior relevância na estratégia militar de Portugal para as Colónias.

Contudo, uma exagerada independência das Companhias indígenas trouxe alguns inconvenientes, mormente sob ponto de vista da instrução, da operacionalidade e na normalização de procedimentos e de doutrina, carecendo de um maior envolvimento de meios humanos, matérias e financeiros. Por outro lado, o seu agrupamento em Batalhões, embora separadas nos seus actuais quartéis, permitiria, mais tarde, exercer uma importante acção de controlo, unificando o comando e melhorando a disciplina e a presença no território ultramarino. Na época em que as Companhias realizam os seus habituais exercícios de marcha e manobras militares, a unificação táctica do Batalhão efectuava-se com maior facilidade. A estratégia militar republicana para as colónias visava assim uma mais íntima ligação das tropas negras com a vida do continente e das outras colónias, de forma que a noção de Pátria se impusesse ao espírito dos locais.

Quanto às *Tropas brancas ou Europeias* a recrutar na colónia, o decreto nº 11.664, que estabeleceu as bases para a reorganização das forças ultramarinas, contem na opinião de Gastão Dias a expressão inconveniente de «*Exército Ultramarino*», pois "...*não deveria haver Exército Ultramarino. O Exército é um só: o Exército Português...*" (1932). Mas as bases desse decreto encerram uma doutrina concreta para a realidade das colónias que tornava o serviço militar efectivamente obrigatório para os mancebos brancos nascidos ou residentes das colónias a par de igualdade com os negros e como se fazia na metrópole.

O decreto nº 19.220 publicado em 9 de janeiro de 1931 vinha assim estabelecer as normas de recrutamento militar, determinando que cada colónia

elabore o seu regulamento privativo de recrutamento, estabelecendo desde logo (artº 7º) que «...os mancebos, filhos de europeus e seus descendentes, nascidos nas colônias e nelas residentes, são obrigados à prestação do serviço militar na colônia da sua naturalidade...», e no artº 67º indica que «...os mancebos europeus serão incorporados e instruídos em depósitos provisórios junto das unidades existentes...». A execução, porém, desta última determinação ofereceu algumas dificuldades, em primeiro lugar as unidades existentes, em condições de receber brancos, eram em número limitadíssimo e colocar os mancebos brancos a receber a sua instrução militar nas unidades indígenas, com armamento e equipamento de indígena, como desejado, não viria a ser permitido.

Mas, para tudo isto se poder levar a cabo, foi indispensável pôr em prática o decreto nº 11.746 de 16 de junho de 1926, que estabelece «*Comandos Gerais*» nas províncias de Angola (e Moçambique), separando as funções administrativas das funções militares, com vantagens para ambas e principalmente para o dispositivo militar nas terras do ultramar. Os Governadores de distrito (por vezes civis) não poderiam continuar a ter atribuições e competências militares sobre as tropas. Mas sobretudo, para que as medidas preconizadas pudessem ter eficácia, foi necessário que os oficiais oriundos da metrópole reforçassem e aceitassem ser deslocados de Portugal para pertencer ao «*Exército Ultramarino*», como demonstram os dados apresentados e que significava uma inflexão na prioridade de gestão de pessoal no Exército no período pós Grande Guerra.

Quanto ao surgimento da aviação e dada a relevância que ganhou na Grande Guerra, passou desde aí a fazer parte do dispositivo militar e dos exércitos, tendo a primeira tentativa de instalar um aeródromo sido realizada em Angola em 1918, com o estabelecimento da aviação no planalto da Humpata e depois em 1921 no Huamotendo desde aí contribuído para a valorização da componente militar e da estratégia republicana para Angola.

Os primórdios da aviação em Angola

Quando a designada “*Esquadilha Expedicionária de Angola*” se instalou em Angola em meados de 1918, já a Guerra Mundial estava quase a terminar. O Comandante Sacadura Cabral foi encarregue de escolher o material de aviação necessário para incluir uma componente aérea no sistema de forças colonial. Depois da experiência no norte de Moçambique e tirando partido da experiência dos nossos pilotos no teatro da Flandres, esta esquadilha passou a dispor de nove aviões bimotores “*Caudron G-4*”, dezoito motores Rhone de 80 CV de reserva e dois hangares desmontáveis do tipo “*Bessoneau*”.

A 25 de junho de 1918 por despacho do Ministro da Guerra e na sequência dos desenvolvimentos e das aprendizagens feitas ao longo da Grande Guerra, viria a ser criada uma comissão com o intuito de estudar e organizar uma esquadilha destinada, no rescaldo das Campanhas do Sul de Angola, a efectuar vigilância e reconhecimento

aéreo de toda a Província, principalmente da fronteira sul. A esquadilha viria a ser formada por militares voluntários e viria a ser comandada pelo Capitão António da Cunha e Almeida, que havia prestado serviço numa esquadilha francesa no teatro de operações da Flandres na Grande Guerra.

A 18 de Setembro de 1918 foram desembarcados na Praia de Moçâmedes (atualmente Namibe) os primeiros aviões, tendo sido escolhido um planalto na estrada Lubango-Humpata para edificar o primeiro aeródromo, ainda que provisório, em Angola. Pouco tempo após a montagem de todo o material, a ocorrência de um incêndio viria a comprometer fatalmente um hangar e o material de voo, tendo ainda o Capitão António Cunha e Almeida aterrado de emergência na sequência de uma avaria, provocando sérios danos no avião, factores e episódios demonstrativos das dificuldades de implementação deste nova capacidade no teatro Angolano.

Em inícios de 1921 dá-se uma profunda remodelação dos Serviços de Aviação com a vinda do General Norton de Matos para Alto-Comissário da Colónia, sendo extinta a Esquadilha Expedicionária de Angola, sendo organizado, em sua substituição, um Grupo de Esquadilhas no Huambo, sendo o comando atribuído ao Capitão Luís da Cunha e Almeida, e tendo na manhã de 17 de janeiro de 1923 o Capitão Luís Cunha e Almeida realizado o primeiro voo.

Em maio de 1926, o Governo da Província informaria o Ministro das Colónias de que as construções realizadas no Huambo pelo Grupo de Esquadilhas ameaçavam ruir e que os materiais e equipamentos em armazém – aviões e motores – de grande valor estimado, sofreram danos irreparáveis. Face a este aspecto, o Ministro das Colónias recuou nos seus intentos de criar uma aviação metropolitana em Angola e decidiu extinguir definitivamente os “*Serviços de Aviação em Angola*”, tendo o material (aproximadamente 40 toneladas) sido transportado, nesse ano, a bordo do navio Cassequel com destino à Metrópole, vindo contudo a ser reactivado uns anos mais tarde.

Em suma, as principais linhas de ação da estratégia militar no pós-Grande Guerra em Angola assentaram, entre outros aspectos, na melhoria da condição da operacionalidade das tropas coloniais foi dado aquando da extinção das tropas de «2ª linha» (1913/14) e, paralelamente como vimos, através da criação das designadas «*Companhias Indígenas*», que viriam a prestar excelentes serviços nas campanhas de pacificação e nas operações ao Sul de Angola contra os alemães. Contudo, outro aspecto significativo é expresso pelo facto de durante séculos, as forças brancas terem sido constituídas por «*degredados*», que assentavamem militaresque o serviço na colónia funcionava como uma punição e significavao ingresso numa organização correctiva, punitiva e disciplinadora. Aspecto que o decreto nº 19.220, pelo artº 36º, veio “...excluir terminantemente do serviço militar os condenados a pena maior...», o que teve um impacto directo na disciplina e no moral das tropas ultramarinas, com impacto na sua operacionalidade.

Estas e outras medidas foram defendidas pelo General Norton de Matos na sequência da sua intervenção no “1º Congresso Militar Colonial”, realizado cerca de década e meia depois de acabar a Grande Guerra, onde as principais linhas de ação estratégica que resultaram das contingências resultantes do conflito, das incongruências que testemunhamos ao longo dos tempos na relação entre Portugal e as colónias e na necessidade de elevar um sentimento de nacionalismo e de patriotismo que a República procurava criar em torno das colónias, pois que referia “...estou de há muito convencido de que nada de grande poderemos conseguir, se não soubermos ver as causas do passado e do futuro de harmonia com as circunstâncias e com as condições presentes de tempo e de lugar...” (1934, p.73).

Conclusões

A análise da estratégia militar portuguesa em Angola no período da Grande Guerra e a relação com a Metrópole, necessariamente breve e sintética, embora pensamos que inovadora, centra-se na abordagem às incongruências político-estratégicas vividas neste período e inside sobre os aspectos da legislação e do dispositivo militar. Procuramos assim refletir sobre as valências do «Exército Colonial» e de Angola, nomeadamente a Estratégia Militar Colonial, num momento em que comemoramos o Centenário da Grande Guerra. Iremos analisar sobre alguns elementos que parecem contribuir para melhor se perceber como se chegou ao dispositivo militar em Angola no período da Grande Guerra e quais os principais aspectos que se constituem como linhas de rotura e de continuidade na relação entre Portugal e Angola no quadro do antes, depois e após a Grande Guerra

Assim, constatamos que ao longo dos séculos, um dispositivo pouco apoiado por Portugal, alternando períodos de muito empenhamento (motivado pelo reforço e envio de expedições militares à colónia) com períodos de um esquecimento quase total, conduziu frequentemente a conflitos e rebeliões internas. E na disputa por influência e na sequência da Conferência de Berlim, numa disputa externa com potenciais interesses, nomeadamente a presença dos alemães no Sul de Angola que nos impeliu a uma participação na Grande Guerra, em que a defesa de Angola, feita em teatros e de forma diferente, teve impacto na História de Portugal e de Angola.

Aspecto que trouxe ao mundo, numa nova época, o conhecimento dos militares portugueses que, como referia o General Pereira da Eça, na época, “*Patriotismo! É um termo que todos os bons portugueses desejariam ver declinado por cá com mais parcimónia; mas quem quiser encontrar belos exemplares da sua verdadeira significação prática folheie os anais de África...*”.

Para além das relações conturbadas de séculos, no período pós-Grande Guerra, fruto das experiências vividas, alguns ajustamentos à estratégia militar foram feitos, nomeadamente ao nível do recrutamento, do dispositivo militar e do maior envolvimento de meios humanos e matérias na formação do designado posteriormente

«*Exército Ultramarino*», contudo, as iniciativas adotadas e os principais problemas vividos na relação Colónia-Metrópole-Colónia no período antes, durante e após a Grande Guerra, permitem-nos perceber melhor, em nossa opinião, a “*A Estratégia Militar de Portugal em Angola no período da Grande Guerra*”.

Lisboa, 30 de Dezembro de 2014

Luis Manuel Brás Bernardino²⁴,

²⁴ Luís Manuel Brás Bernardino é Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) é Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) e Doutorado em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais pela mesma Universidade. Atualmente desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) com um projeto de Pós-Doutoramento sobre as Arquitecturas de Segurança e Defesa Africanas. É Investigador doutorado no Observatório Político, membro da Direção da Revista Militar, membro da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa regularmente em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos em revistas da especialidade sobre a temática da segurança e defesa em África. Atualmente é Professor Doutorado no Departamento de Estudos Pós-Graduados (DEPG) e regente da cadeira de Relações Internacionais na Academia Militar em Portugal.

Bibliografia

- Bender, Gerald J. (2004) – Angola under the Portuguese’s – The myth and the reality. Africa World Press, ISBN 1-592-212-581.
- Birmingham, David (2003) – Portugal e África. Lisboa, Veja Editora, 1ª Edição – 2003, ISBN 972-699-717-8.
- Cardoso, Edgar (1981) - História da Força Aérea Portuguesa. Lisboa, 1ª volume, Edição Cromocolor.
- Cavazzi, João António (1965) – Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Volume II.
- Correa, Elias Alexandre da Silva (1782) - História de Angola. Lisboa. Volume II.
- Delgado, Ralph (1946) – História de Angola – 4º Volume (1648-1836). Luanda, Edição do Banco de Angola.
- Dias, Jill R. (1984) – Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930. Lisboa, Revista Internacional de Estudos Africanos Nº 1, Janeiro/Junho 1984.
- Freire, João (2011) – Olhares Europeus sobre Angola. Ocupação do território, operações militar, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918). Lisboa, Edições Culturais da Marinha.
- Ivens, Roberto e Capello, Hermenegildo (1886) – De Angola à Contra-Costa – Descrição de uma viagem através do Continente Africano. Lisboa, Imprensa Nacional, Volume I e II.
- Martins, Ferreira (dir.) (1934) – Portugal na Grande Guerra. Lisboa, Editora Ática, Volume 2.
- Moraes, Artur de (2007) – Memórias de Angola. Casal de Cambra, Editora Caleidoscópio, Comissão Portuguesa de História Militar, ISBN 978-989-8010-62-9.
- Osório, Ana de Castro (1918) – De como Portugal foi chamado a Guerra. Lisboa, Casa Editora.
- Pélissier, René (1986) – História das Campanhas de Angola: Resistência e revoltas, 1845-1941. Lisboa, Editorial Estampa, 2 Volumes (II Volume - 1987), ISBN: 972-33-1224-7.
- Roçadas, José Augusto Alves (1919) – Relatório Sobre as Operações no Sul de Angola (1914). Lisboa, Imprensa Nacional.
- Selvagem, Carlos (1999) – Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999 (reedição).
- Soares, António Maria Freitas (1943) - A Campanha de Angola.
- Wheeler, Douglas e PÉLISSIER, René (2009) – A História de Angola. Lisboa, Editora Tintada China, 1ª Edição, ISBN 978-989-671-005-7.
- (1934) – Primeiro Congresso Militar Colonial. Relato dos trabalhos realizados. Imprensa Moderna. Porto.